

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 13091/2018

Revoga a permissão do serviço público de táxi concedida ao permissionário Luiz Cláudio Nunes da Silva

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, que a execução dos serviços remunerados de transporte de passageiros é condicionada a discricionariedade administrativa e permissão de uso pelo Chefe do Poder Executivo;

Considerando, ainda, que o processo administrativo é garantia fundamental, jurídica e constitucional, e é através dele que os direitos na esfera administrativa são tutelados a fim de serem respeitados, reconhecidos e/ou cumpridos, por isso mesmo a Constituição disciplina condições mínimas para que ele ocorra com legalidade e seriedade, observando-se, na espécie, o devido processo legal insculpido nas regras insculpidas no art. 5º, incisos LIV e LV da CF/88;

Considerando, o requerimento do permissionário, Sr. Luiz Cláudio Nunes da Silva, requerendo o cancelamento de sua autonomia de táxi.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a permissão de táxi do permissionário, Sr. Luiz Cláudio Nunes da Silva, inscrito no CPF sob o nº 006.435.947-60, relacionado no processo administrativo nº080/001382/2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13092/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da loja nº 105 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº23.192, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.546.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3405/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário ‘Transoceânica’.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13093/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da loja nº 106 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº23.193, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.547.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3406/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário ‘Transoceânica’.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13094/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da sala nº 206 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº24.973, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, 2º Distrito da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.553.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3411/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário ‘Transoceânica’.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13095/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da loja nº 102 inserido no imóvel nº 3.675, loja 102, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 23.117, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, inscrito na PMN sob o nº 164.186-5.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3400/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário ‘Transoceânica’.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13096/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da sala nº 204 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº23.290, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.551.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3409/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário ‘Transoceânica’.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13097/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da sala nº 205 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº25.881, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, 2º Distrito da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.552.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3410/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário ‘Transoceânica’.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13098/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da sala nº 201 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu,

nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº23.334, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.548.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3401/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário 'Transoceânica'.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13099/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "I", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da loja nº 103 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº23.063, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, 2º Distrito da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.544.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3403/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário 'Transoceânica'.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13100/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "I", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da loja nº 104 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº23.191, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.545.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3404/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário 'Transoceânica'.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13101/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "I", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da sala nº 203 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº23.194, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.550.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3408/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário 'Transoceânica'.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13102/2018
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte da sala nº 202 inserido no imóvel nº 3.675, da Estrada Francisco da Cruz Nunes, edificado na área A-5-A, do loteamento Terra Nova, em Itaipu, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº23.335, do Registro de imóveis da 7ª Circunscrição, da Comarca de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 179.549.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos nº 80/3407/2018.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação do projeto de corredor viário 'Transoceânica'.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

Parágrafo Único – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

DECRETO Nº 13103/2018
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3337/2017, de 29 de dezembro de 2017.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 27.260.939,24 (vinte e sete milhões, duzentos e sessenta mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso II e III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 14 de novembro de 2018.

Rodrigo Neves- Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 13103/2018
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.182.0010.3008	449051	108	718.924,01	-
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.451.0010.4006	449051	108	264.172,99	-
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.452.0010.3005	449051	108	461.579,04	-
10.52	NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	13.392.0138.4112	339031	108	15.000,00	-
15.01	SECRETARIA DE GOVERNO	14.422.0140.4151	339039	108	2.018.236,34	-
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	04.122.0145.4191	339039	100	52.880,00	-
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.122.0145.4192	339039	108	624.000,00	-
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.241.0027.4124	339039	100	171.600,00	-
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.244.0027.4125	339030	100	210.032,24	-
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.244.0100.4138	339048	100	30.000,00	-
17.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	04.122.0145.4191	339092	108	32.510,96	-
20.01	SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA	12.122.0145.4199	339014	100	1.380,18	-
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.361.0135.4067	339092	108	1.006.083,40	-
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.361.0135.4070	449052	108	575.554,05	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4191	339030	108	40.079,94	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4191	339039	108	165.620,59	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4191	339039	110	1.270,00	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4191	339092	108	1.280,40	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4191	449052	108	34.944,86	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	26.782.0053.3041	339032	108	9.558,79	-
22.83	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	04.122.0145.4192	339039	108	86.125,00	-
22.83	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	26.782.0011.4023	339092	108	1.573.981,32	-
23.01	SEC MUN DE PLAN, MODERNIZACAO DA GESTÃO E CONTROLE	04.122.0145.4191	339039	108	150.000,00	-
24.01	ENC FINANC DO MUNICIPIO- REC SOB SUPERVISAO DA SMF	04.122.0900.4201	339047	108	1.673.506,63	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.4047	339037	207	1.688.599,80	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.4052	339030	207	5.468.461,58	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.4052	339037	207	2.336.579,30	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.4054	339039	207	2.271.998,42	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.303.0133.4055	339030	207	3.340.979,40	-
41.41	FUNDACAO DE ARTE DE NITEROI - FAN	13.392.0136.4108	339039	108	1.800.000,00	-
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITEROI - CLIN	17.452.0010.3019	449052	108	436.000,00	-
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.451.0010.4006	339039	108	-	718.924,01
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	04.122.0145.4191	339039	108	-	250.000,00

16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.243.0140.4142	339039	100	-	370.032,24
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.243.0140.4142	449051	108	-	280.000,00
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.244.0025.4127	339030	100	-	5.000,00
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.244.0025.4128	339039	100	-	20.000,00
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.306.0142.3109	339039	108	-	25.000,00
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.306.0142.4163	339039	108	-	50.000,00
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.334.0124.4170	339030	108	-	9.000,00
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.334.0124.4176	339039	108	-	10.000,00
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.692.0124.4169	339030	100	-	27.880,00
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.243.0027.4120	339030	100	-	11.600,00
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.244.0100.4138	339030	100	-	30.000,00
20.01	SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA	12.122.0145.4199	339030	100	-	1.380,18
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4191	449051	108	-	40.170,00
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	26.782.0011.3030	339030	108	-	10.095,00
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	26.782.0011.4030	339030	108	-	168.219,58
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	26.782.0011.4030	339030	110	-	1.270,00
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	26.782.0053.3041	339039	108	-	33.000,00
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.271.0900.4195	319013	207	-	3.340.979,40
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.4047	319034	207	-	1.688.599,80
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.4052	319034	207	-	7.805.040,88
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.4054	333039	207	-	2.271.998,42
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				108		10.092.749,73
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					27.260.939,24	27.260.939,24

NOTA:
FONTE 100 – RECURSOS DO TESOURO
FONTE 108 – RECURSOS DE INDENIZAÇÕES (ROYALTIES)
FONTE 110 – RECURSOS DO FUNDO DE MOBILIDADE
FONTE 207 – RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE

Portarias
Port. nº 1181/2018- Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/11/2018, **ALINE ROCHA SANT'ANNA** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.
Port. nº 1182/2018- Considera nomeado, a contar de 01/11/2018, **MARCELO FERREIRA DA SILVA** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, em vaga da exoneração de Aline Rocha Sant'anna, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.
Port. nº 1183/2018- Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/11/2018, **FELIPE SOUZA BANDEIRA** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Administração Regional de São Francisco.
Port. nº 1184/2018- Considera nomeado, a contar de 01/11/2018, **ALAIR FERREIRA DO COUTO** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Administração Regional de São Francisco, em vaga da exoneração de Felipe Souza Bandeira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.
Port. nº 1185/2018- Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/11/2018, **CLAUDIO RENATO FERREIRA DA COSTA** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Administração Regional de São Francisco.
Port. nº 1186/2018- Considera nomeado, a contar de 01/11/2018, **AUGUSTO CESAR SOUZA ROSA** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Administração Regional de São Francisco, em vaga da exoneração de Claudio Renato Ferreira da Costa, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.
Port. nº 1187/2018- Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/11/2018 **WESLEY EDUARDO DOS SANTOS OLIVEIRA** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Executiva.
Port. nº 1188/2018- Considera nomeada, a contar de 01/11/2018, **CARLA MIRANDA BARBOSA** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Wesley Eduardo dos Santos Oliveira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2018
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA PROVER A GESTÃO DE ATIVIDADES DE CUNHO ESPORTIVO RECREATIVO E PEDAGÓGICO NA MODALIDADE FUTEBOL
O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo (SEMUG), com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislação correlata, torna público o presente Edital de Chamamento Público, visando à seleção de propostas para celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil (OSC) interessada em celebrar termo de colaboração, cujo objeto é **prover a gestão de atividades de cunho esportivo recreativo e pedagógico na modalidade FUTEBOL** destinadas a crianças e adolescentes, de 05 a 17 anos, e pessoas com deficiências a fim de promover o desenvolvimento integral desses sujeitos, o exercício da cidadania e a inclusão social. Poderão participar deste Chamamento Público, Organização da Sociedade Civil (OSC), cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto deste Chamamento Público, apresentando-se na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no período compreendido entre **19/11/2018 a 18/12/2018** de 10 às 17h, na Rua Visconde de Sepetiba, 987/4º andar. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico <http://www.niteroi.rj.gov.br>
O Termo de Cooperação será gerido pela Secretaria Municipal de Governo (SEMUG) e a Organização da Sociedade Civil (OSC) vencedora do presente chamamento público, na forma do presente instrumento convocatório.
1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de proposta para a celebração de parceria com o Município de Niterói, por intermédio da SEMUG através da

formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelos demais atos normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. A presente convocação pública visa à seleção da melhor proposta, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital, que deverá estar em conformidade com as Diretrizes para elaboração de Plano de Trabalho (Anexo VII).

1.4. Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de colaboração.

1.5. A participação da Organização da Sociedade Civil nesta convocação pública implica a aceitação integral e irrevogável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas e legislações aplicáveis.

1.5.1. Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase da convocação pública e da execução.

1.6. A convocação pública a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público ou anulada, sem que caiba aos participantes qualquer direito à reclamação ou à indenização por estes motivos. O Edital e seus anexos serão disponibilizados no site <http://www.niteroi.rj.gov.br/>, podendo ser obtida cópia impressa mediante a doação de uma resma de papel A4, de 10 às 17h, no endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987, 4º andar, Centro – Niterói, RJ.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. Objeto do presente Termo de Colaboração é a gestão de atividades de cunho esportivo recreativo e pedagógico na modalidade FUTEBOL destinadas a crianças e adolescentes, de 05 a 17 anos, e pessoas com deficiência a fim de promover o desenvolvimento integral desses sujeitos, o exercício da cidadania e a inclusão social de acordo com as Diretrizes do Plano de Trabalho (Anexo VII).

2.2. O Termo de Colaboração será celebrado a partir do Plano de Trabalho e da proposta vencedora elaborada pela Organização da Sociedade Civil e aprovada pelo Município, selecionada nas condições estabelecidas pelo presente Edital e seus anexos – especialmente no anexo VII - elaborada pela OSC.

2.2.1. O prazo referente à parceria que versa este Edital, firmada a partir da assinatura do Termo de Colaboração será de 24 (vinte e quatro meses), contados a partir do início dos serviços, renováveis, por igual período, na forma do presente instrumento jurídico.

2.3. Objetivos específicos da parceria:

- a) Ampliar a oferta de atividades extracurriculares gratuitas no contraturno escolar para crianças e adolescentes;
- b) Proporcionar espaços de lazer e recreação para crianças e adolescentes a fim de promover o trabalho em equipe, a cooperação e a convivência pacífica;
- c) Desenvolver a capacidade e habilidade motora dos participantes;
- d) Promover a inclusão de crianças e adolescentes com deficiências nas práticas esportivas;
- e) Fomentar a participação feminina no esporte;
- f) Promover o bem-estar do público atendido com foco na melhoria da qualidade de vida.

3. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSC's), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

- a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

3.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

4. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

4.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, inciso V, alínea "a", da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, a ser comprovada no momento da apresentação da proposta, na forma do art. 33, inciso V, alínea "b", da Lei nº 13.019, de 2014, e
- f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo III – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da

parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014),

h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 34, II, da Lei nº 13.019, de 2014,

i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014); e

j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, V e VI, da Lei nº 13.019/2014,) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014); atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014).

4.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, I, da Lei nº 13.019/2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, II, da Lei nº 13.019/ 2014);

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019/ 2014);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, inciso IV, da Lei nº 13.019/2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, inciso V, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Lei nº 13.019/ 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoas cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014).

5. COMISSÃO DE SELEÇÃO

5.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Portaria nº 01/2018, publicada em 10,11 e 12 de novembro de 2018 (sábado, domingo e segunda-feira).

5.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019.

5.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital de acordo com o art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014.

5.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialistas que não sejam membros desse colegiado.

5.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

6. DA FASE DE SELEÇÃO

6.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

TABELA 1: DESCRIÇÃO DA ETAPA

Etapa	Descrição da Etapa	Datas
1	Publicação do edital de chamamento	15/11/2018
2	Envio das propostas pelas OSCs	19/11/2018 a 18/12/2018
3	Análise dos projetos e escolha do vencedor	19/12/2018 a 02/01/2019
4	Divulgação do resultado	03/01/2019
5	Prazo recursal	04/01/2019 a 09/01/2019
6	Análise recursos	10/01/2019 a 17/01/2019
7	Resultado final	18/01/2019

6.2. A falta de manifestação de interposição de recursos dentro do prazo estipulado por este edital, implicará na antecipação do prazo de homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção.

6.3. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento da proposta.

6.3.1 **Etapa 1:** O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Niterói www.niteroi.rj.gov.br, no dia da sua publicação com prazo conforme descrito no edital para apresentação das propostas.

6.4. **Etapa 2:** Envio das propostas pelas OSCs.

6.4.1. As propostas das OSC's deverão ser entregues, pessoalmente, no horário de 10 às 17h, em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta Edital de Chamamento Público- FUTEBOL", no período compreendido entre 11/09/2018 a 10/10/2018 destinado à Comissão de Seleção, na Rua Visconde de Sepetiba, 987/4º andar – Centro – Niterói, RJ.

6.4.1.1 Também serão aceitas as propostas oferecidas pela via postal, desde que observadas as demais formalidades previstas neste edital e sejam entregues no prazo e no endereço previstos na cláusula

6.4.2. A proposta entregue, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou pen drive) da proposta.

6.4.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

6.4.4. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta, isolada ou em consórcio. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

6.4.5. Observado o disposto no item 6.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

6.5. **Etapas 3:** Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

651. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSC's concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta será realizada pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

652. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

653. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na **Tabela 2** abaixo.

654. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados a seguir:

TABELA 2: CRITÉRIOS DE JULGAMENTO				
ITEM	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	ITEM DE ANÁLISE	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Experiência acumulada da OSC na execução de projetos esportivos e de lazer com foco na modalidade de futebol.	Proposta da OSC	- Mais de 5 anos (2,0 pontos) - Entre 5 e 1 anos (1,0 pontos) - Menos que 1 ano (0 pontos)	2
2	Informações coerentes sobre as atividades a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento destas metas, e prazos expostos de forma clara.	Proposta da OSC	- Contemplou plenamente (2,0 pontos) -Contemplou insatisfatoriamente (1,0 ponto) - Não contemplou (0,0 pontos)	2
3	O Projeto Técnico contemplou outras atividades vinculadas ao atendimento do público alvo, além das obrigatórias, como, por exemplo: eventos aos fins de semana, campeonatos e outras atividades recreativas.	Proposta da OSC	- Contemplou plenamente (2,0 pontos) - Contemplou insatisfatoriamente (1,0 ponto) - Não contemplou (0,0 pontos)	2
4	Experiência na execução de projetos congêneres ao objeto do processo seletivo, realizados com o apoio financeiro integral ou parcial expedidos por instituições privadas e/ou públicas diversa do município de Niterói, indicando: dimensão, prazo, local e outros elementos que caracterizadores da eficácia do projeto.	Proposta da OSC	- Contemplou plenamente (2,0 pontos) - Contemplou insatisfatoriamente (1,0 ponto) - Não contemplou (0,0 pontos)	2
5	Maior quantidade de atendimentos diretos de crianças e adolescentes por mês em projetos de esportes.	Proposta da OSC	- Mais de 1.500 pessoas atendidas (2,0 pontos) - Entre 1.000 e 1.500 pessoas atendidas (1,5 pontos) - Entre 500 e 1.000 pessoas (1,0 ponto) - Menos de 500 pessoas atendidas (0,0 pontos)	2
6	Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta.	Proposta da OSC	- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (2,0 pontos); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (1,0 ponto); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0 pontos).	2
Obs 1: A pontuação máxima geral será de 12 (doze) pontos.				
Obs 2: A atribuição de nota "zero" nos critérios 1, 2, 3, 4 e 5 implicam na eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.				
Obs 3: A atribuição de nota "zero" no critério 6 NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.				

655. A falsidade de informações nas propostas deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

656. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador (es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

657. Serão eliminadas aquelas propostas:
a) cuja pontuação total for inferior a 06 (seis) pontos;
b) que recebam nota "zero" em qualquer dos critérios acima listados, excetuado o item 6, ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global;

c) que estejam em desacordo com o Edital ou;

d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível.

65.8 As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela de Avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

65.9 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (3). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (1), (2), (3) e (6). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

65.10 Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

66 **Etapa 4:** Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial da Prefeitura Municipal de Niterói www.niteroi.rj.gov.br e, iniciando-se o prazo para recurso.

67 **Etapa 5:** Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá uma única fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

67.1 Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

67.2 É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos, acaso prefiram retirar cópia reprográfica.

6.8. **Etapa 6:** Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

6.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará em reconsideração.

6.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 2 (dois) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso à Presidência da Comissão de Seleção, com as informações necessárias à decisão final.

6.8.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

6.8.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

6.8.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.8.6. Não havendo interposição de recursos dentro do prazo estipulado por este edital, o prazo de homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção será antecipado.

6.9. **Etapa 7:** Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão público municipal deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

6.9.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

6.9.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

7. **DA FASE DE CELEBRAÇÃO**

7.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

1	Convocação da OSC selecionada para apresentação da proposta técnica e econômica e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise da proposta da OSC.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

7.2. **Etapa 1:** Convocação da OSC selecionada para apresentação da sua proposta de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Para a celebração da parceria, a administração pública municipal convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar a sua proposta de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019/2014).

7.2.1. Por meio da sua proposta de trabalho, elaborada com base no Anexo VII deste edital, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019/ 2014).

7.2.2. A proposta deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

7.2.3. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” do item 7.2.2. deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

7.2.4. Além da apresentação da Proposta de Trabalho, a OSC selecionada, no

mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019/ 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros; e

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas.

IV - Certidão negativa (art. 205 do Código Tributário Nacional c/c art. 34 da Lei 13.019/2014) de débitos relativos a créditos tributários federais e municipais, observada a previsão da cláusula 7.2.5 deste edital;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS; VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal do(s) Dirigente (s) da OSC atualizada, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, bem como a última declaração de Imposto de Renda;

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo VI – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

7.2.5. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI previstas nos itens 7.2.4 (art. 206 do código Tributário Nacional c/c art. 34 da Lei 13.019/2014;

7.2.6. A critério da OSC, os documentos previstos nos incisos IV e V logo acima poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

7.2.7. As OSCs deverão reapresentar as certidões, se vencerem, durante o certame.

7.2.8. A proposta e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada. Tais documentos deverão ser entregues pessoalmente, no horário de 10 às 17h, na Rua Visconde de Sepetiba, 987/4º andar.

7.2.9. Também serão aceitos os documentos previstos no item acima entregues pela via postal, desde que cumpridas as demais formalidades previstas neste edital e observados os prazos estabelecidos na Tabela 1, item 6.1 do edital.

7.3. **Etapa 2:** Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise da proposta. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise da proposta da OSC.

7.3.1. A administração pública municipal examinará a proposta apresentada pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

7.3.2. Somente será aprovado o plano de trabalho definitivo que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a Administração Pública Municipal poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

7.3.3. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

7.3.4. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

7.4. **Etapa 3:** Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

7.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

7.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho, a Administração Pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

7.5. **Etapa 4:** Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

7.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública municipal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

7.5.2. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

7.5.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

7.5.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

7.6. **Etapa 5:** Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

8. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os recursos destinados à execução da parceria de que trata este Edital são provenientes do orçamento da SEMUG, autorizado por meio do Programa de Trabalho nº 1501.14.422.0140.4151, Código de Despesa: 33.90.39, Fonte: 108.

8.2. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública municipal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

8.3. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela Administração Pública Municipal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada no instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

8.4. O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 1.444.465,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais) para um período de 24 meses. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

8.5. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/2014, e nos arts. 33 e 34.

8.6. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019/2014, e nos arts. 35 a 42.

8.6.1. Não pode a OSC alegar desconhecimento da legislação ou das regras editalícias, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

8.7. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

- a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e
- d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

8.8. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica.

8.9. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

8.10. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a Administração Pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

9. CONTRAPARTIDA

9.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O presente Edital será divulgado em página oficial da Prefeitura Municipal de Niterói www.niteroi.rj.gov.br, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

10.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail dpe@seplag.niteroi.rj.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na Rua Visconde de Sepetiba, 987/4º andar. A resposta às impugnações caberá ao Presidente da Comissão de Seleção.

10.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: segregoverno@hotmail.com ou por petição protocolada na Rua Visconde de Sepetiba, 987/5º andar – Centro, Niterói. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

10.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

10.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

103. A Secretaria de Administração resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

104. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

105. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

106. A Administração Pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

107. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio

ou indenização por parte da administração pública.
108 Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:
Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;
Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais; Anexo III – Relação dos Dirigentes da Entidade;
Anexo IV – Elementos que deverão compor o Plano de Trabalho;
Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos; Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração; e
Anexo VII – Plano de Trabalho.

Niterói, _____ de _____ de 2018
ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA
Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº/2018 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Niterói, _____ de _____ de 2018.
.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II - DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS
Declaro, em conformidade com o art. 33, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:
> dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. OU
> pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. OU
> dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.
OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Niterói, _____ de _____ de 2018.
.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III - DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE
Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC] que:
> Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados:
(a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou
(b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a".
Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF Endereço residencial, telefone e e-mail
> Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
> Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:
(a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
(b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
(c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Niterói, _____ de _____ de 2018.
.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IV - ELEMENTOS QUE DEVERÃO COMPOR O PLANO DE TRABALHO
> Descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou projeto e com as metas a serem atingidas;
> Forma de execução das ações, indicando, quando cabível, como serão realizadas (através de pessoal próprio ou através de contratação);
> Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
> Definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
> Previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
> Valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
> Ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS
Declaro para os devidos fins que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014.
Nesse sentido, a citada entidade:
> Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
> Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
> Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Niterói, _____ de _____ de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII - MODELO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NITERÓI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E A _____, PARA OS FINS de prover a gestão de atividades de cunho esportivo da modalidade FUTEBOL, recreativo e pedagógico, destinado a crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, visando o desenvolvimento integral desses sujeitos, voltado ao exercício da cidadania e a participação social, através de atividades que promovam a inclusão social. O Município de Niterói, por intermédio de Secretaria Municipal de Governo, doravante denominada Administração Pública, com sede em Niterói, sito na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, Centro, CEP: 24020-206, inscrito no CNPJ/MF nº 28521748/0001-59, neste ato representado pelo Secretário Municipal, nomeado por meio da Portaria nº __, publicada no Diário Oficial do Município em __ de 2017, portador do registro geral nº __ e CPF nº __, residente e domiciliado em Niterói; e a [nome da OSC], organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada à Rua da __ Bairro __, cidade __, CEP __, inscrita no CNPJ sob o número __, neste ato representada pelo (a) seu (sua) Presidente, o Sr. (a), residente e domiciliado (a) à Rua nº __ – CEP: __, portador (a) da Carteira de Identidade nº __, Órgão Expedidor __ e CPF nº __, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 01/2017, tendo em vista o que consta do Processo n. 190000078/2018 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e legislação correlata, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Colaboração é desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas e pedagógicas, para crianças e adolescentes, visando o desenvolvimento integral desses sujeitos, voltadas ao exercício da cidadania e a participação social, através de atividades que promovam a inclusão social, conforme as diretrizes fixadas no Plano de Trabalho e proposta vencedora, revisadas pela Secretaria Municipal de Governo.

1.2 Objetivos específicos da parceria:

- Ampliar a oferta de atividades extracurriculares gratuitas no contraturno escolar para crianças e adolescentes;
- Proporcionar espaços de lazer e recreação para crianças e adolescentes a fim de promover o trabalho em equipe, a cooperação e a convivência pacífica;
- Desenvolver a capacidade e habilidade motora dos participantes;
- Promover a inclusão de crianças e adolescentes com deficiências nas práticas esportivas;
- Fomentar a participação feminina no esporte;
- Promover o bem-estar do público atendido com foco na melhoria da qualidade de vida.

1.2.1 São parâmetros mínimos obrigatórios para o desenvolvimento das atividades:

- Atender, minimamente, 800 crianças e adolescentes por mês;
- Fazer a aquisição de materiais esportivos e uniformes, bem como zelar pela adequada reposição e manutenção garantindo boas condições de uso;
- Desenvolver para além das atividades físicas, atividades complementares (culturais, passeios turísticos, visitas a museus, etc) pelo menos uma vez por mês englobando todas as turmas;
- Incentivar a prática de leitura;
- Estruturar os espaços para que permitam a integração esportiva e social das crianças e adolescentes que atuarem nas atividades;
- Incentivar o protagonismo da população em pertencer ao espaço e proteger o seu entorno;
- Promover torneios, campeonatos e eventos com as crianças e adolescentes atendidos;
- Identificar e desenvolver os jovens com potencial para o atletismo profissional;
- Realizar parcerias com projetos sociais locais voltados para o esporte;
- Incentivar o vínculo do projeto com a rede pública de educação, saúde e assistência social a fim de garantir o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

1.2.2. Tais objetivos e parâmetros devem considerar a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho e no presente instrumento jurídico.

1.3. O Plano de Trabalho definitivo, elaborado com base na proposta apresentada pela OSC, após a sua devida aprovação pela Administração Pública, poderá ser revisado semestralmente, por proposta da OSC, justificadamente, para melhor atender as demandas existentes na região.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de vinte e quatro meses constante da ordem de início do projeto, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014:

- mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e
- de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

3.2. Também poderá ser prorrogado, por comum acordo das partes, por mais um único período consecutivo, desde que as contas anuais prestadas sejam devidamente aprovadas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Para a execução das atividades e projetos previstos neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos no valor total de R\$ 1.444.465,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais) à conta da ação orçamentária da Secretaria Municipal de Governo, Programa de Trabalho nº 1501.14.422.0140.4151, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte 108, conforme cronograma de desembolso constante do Anexo I do edital.

Subcláusula Única: Não será exigido da OSC depósito correspondente ao valor da contrapartida em bens e serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. A liberação do recurso financeiro se dará em 6 (seis) parcelas, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014. Os valores poderão ser alterados, em conformidade com a proposta vencedora, desde que previamente aprovadas pela Administração Pública.

Subcláusula Primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula Segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Subcláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II. a análise das prestações de contas anuais;

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

IV. a consulta aos cadastros e sistemas que permitam aferir a regularidade da parceria.

Subcláusula Terceira. O atraso injustificado no cumprimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho configura inadimplemento de obrigação prevista no Termo de Colaboração, podendo acarretar retenção dos repasses previstos no cronograma, bem como levar a rescisão unilateral da presente avença.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela Prefeitura Municipal de Niterói, serão mantidos na conta corrente _____ Agência _____, Banco. Subcláusula Primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula Segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Terceira. A conta referida no *caput* desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Subcláusula Quinta. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no Plano de Trabalho.

Subcláusula Sexta. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máxima da entidade da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

7.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Subcláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Termo de Referência;

II. prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda sua extensão e no tempo devido;

III. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

IV. monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações, diligências e visitas in loco, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

V. comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

VI. analisar os relatórios de execução do objeto;

VII. analisar os relatórios de execução financeira;

VIII. receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração;

IX. instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA;

X. designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

XI. retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

XII. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da

sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII. reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV. prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

XV. publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Colaboração;

XVI. divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter no seu sítio eletrônico oficial o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

XVII. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

XVIII. informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

XIX. analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

XX. aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Subcláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014;

II. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III. garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

IV. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

V. não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

VI. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

VII. executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VIII. prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do Capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;

IX. responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

X. permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e do Tribunal de Contas, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

XI. quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

a. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

b. garantir sua guarda e manutenção;

c. comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

d. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

e. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

f. durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XII. por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII. manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV. manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

XV. garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XVI. observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XVII. comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;

XVIII. divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

XIX. submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

XX. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio,

de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014; XXI. responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014; XXII. quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

8.1. Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014. Subcláusula Única. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

9.1. A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública. Subcláusula Primeira. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório, quando for o caso. Subcláusula Segunda. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço. Subcláusula Terceira. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas. Subcláusula Quarta. Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá: I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência; II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista, observando ainda o disposto na lei municipal nº 3270, 09/03/2017. Subcláusula Quinta. É vedado à OSC: I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da entidade pública municipal celebrante da parceria, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento. Subcláusula Sexta. É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

10.1. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria. Subcláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria. Subcláusula Segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública: I- designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, por meio de ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); II- designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014); III- emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014); IV- realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas; V- realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014); VI- examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014); VII- poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014); VIII- poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014); IX- poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; Subcláusula Terceira. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

Subcláusula Quarta. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II da Subcláusula Segunda, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

Subcláusula Quinta. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Subcláusula Sexta. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos

1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal, sobre a declaração de impedimento dos membros que forem designados.

Subcláusula Sétima. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº

13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014 e de seu regulamento.

Subcláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Subcláusula Segunda, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Subcláusula Nona. A visita técnica in loco, de que trata o inciso IV da Subcláusula Segunda, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública municipal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ). A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica in loco.

Subcláusula Décima. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da Administração Pública Municipal. O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

Subcláusula Décima Primeira. A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V da Subcláusula Segunda, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela Administração Pública Municipal, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

Subcláusula Décima Segunda. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado (art. 53, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Décima Terceira. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

11.1 O presente Termo de Colaboração poderá ser: I- extinto por decurso de prazo; II- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato; III- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou IV- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) violação da legislação aplicável;
- e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- f) malversação de recursos públicos;
- g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública municipal; e
- l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Subcláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Subcláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Subcláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

Subcláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Subcláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

Subcláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

12.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas

das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

Subcláusula Primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I. nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69, do Decreto nº 8.726, de 2016; e

II. nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a”

deste inciso, com subtração de eventual período de inércia do órgão ou entidade pública municipal.

Subcláusula Segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.1. Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

Subcláusula Primeira. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

Subcláusula Segunda. A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a Administração Pública Municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não mais será responsável pelos bens.

Subcláusula Terceira. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela Administração Pública Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.

Subcláusula Quarta. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1. Caso as atividades realizadas pela OSC com recursos públicos provenientes do Termo de Colaboração deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a Administração Pública terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens imateriais, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência da parceria.

Subcláusula Primeira. Durante a vigência da parceria, os ganhos econômicos auferidos pela OSC na exploração ou licença de uso dos bens passíveis de propriedade intelectual, gerados com os recursos públicos provenientes do Termo de Colaboração, deverão ser aplicados no objeto do presente instrumento, sem prejuízo do disposto na Subcláusula seguinte.

Subcláusula Segunda. A participação nos ganhos econômicos fica assegurada, nos termos da legislação específica, ao inventor, criador ou autor.

Subcláusula Terceira. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual permanecerão na titularidade da Administração Pública

quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização, observado o disposto na Subcláusula seguinte.

Subcláusula Quarta. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, quando não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

Subcláusula Quinta. A OSC declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar, independente de solicitação da Administração Pública, todas as autorizações ou licenças necessárias para que o órgão ou entidade pública municipal utilize, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que forem resultado da execução desta parceria, da seguinte forma:

I – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, por quaisquer modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, inclusive:

- a) a reprodução parcial ou integral;
- b) a edição;
- c) a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;
- d) a tradução para qualquer idioma;
- e) a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
- f) a distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
- g) a comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de altofalante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; emprego de satélites artificiais; emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; e
- h) a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

II – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para a exploração de patente de invenção ou de modelo de utilidade e de registro de desenho industrial;

III – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, pela utilização da cultivar protegida; e

IV – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, pela utilização de programas de computador.

Subcláusula Sexta. Cada um dos partícipes tomará as precauções necessárias para salvaguardar o sigilo das informações consideradas confidenciais acerca da propriedade intelectual, podendo estabelecer em instrumento específico as condições referentes à confidencialidade de dado ou informação cuja publicação ou revelação possa colocar em risco a aquisição, manutenção e exploração dos direitos de propriedade intelectual resultantes desta parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
15.1. A OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

Subcláusula Primeira. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Subcláusula Segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade

solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Subcláusula Terceira. O Relatório Parcial de Execução do Objeto conterá:

I- a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, com comparativo de metas propostas com os resultados já alcançados;
II- a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III- os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV- os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver;

V- comprovação do atingimento das metas estabelecidas; e

VI- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas.

Subcláusula Quarta. O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I - dos resultados já alcançados e seus benefícios;

II - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

III - do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

IV - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Subcláusula Quinta. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no Plano de Trabalho.

Subcláusula Sexta. A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação quando:

I- a parceria for selecionada por amostragem, conforme ato do Secretário ou do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal, considerados os parâmetros definidos pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU);

II- for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas da parceria no curso das ações de monitoramento e avaliação; ou

III- for aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo gestor.

Subcláusula Sétima. O relatório técnico de monitoramento e avaliação conterá: I- descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II- análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III- valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela OSC, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste instrumento;

V- análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias; e

VI- o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, emitido pelo gestor da parceria, que deverá:

a) avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios; e

b) descrever os efeitos da parceria na realidade local referentes:

1. aos impactos econômicos ou sociais;

2. ao grau de satisfação do público-alvo; e

3. à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Subcláusula Oitava. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a OSC da observância do disposto na Subcláusula Quarta, assim como poderá dispensar que o relatório técnico de monitoramento e avaliação contenha a descrição referida na alínea “b” do inciso VI da Subcláusula anterior.

Subcláusula Nona. A prestação de contas anual será considerada regular quando, da análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.

Subcláusula Décima. Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o gestor da parceria, antes da emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação, notificará a OSC para apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação, Relatório Parcial de Execução Financeira, que subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Subcláusula Décima Primeira. O Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

I- a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II- o extrato da conta bancária específica;

III- a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

IV- a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

V- cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula Décima Segunda. A análise do Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I- o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens,

conforme aprovado no plano de trabalho e,
II- a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula Décima Terceira. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

Subcláusula Décima Quarta. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

- I- sanar a irregularidade;
- II- cumprir a obrigação; ou
- III- apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Subcláusula Décima Quinta. O gestor da parceria avaliará o cumprimento do disposto na Subcláusula anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

Subcláusula Décima Sexta. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

Subcláusula Décima Sétima. Se persistir a irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

- a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
- b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.

Subcláusula Décima Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de seu recebimento.

Subcláusula Décima Nona. O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sendo que as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

16.1.A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do Plano de Trabalho.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam à Administração Pública avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

Subcláusula Segunda. Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Subcláusula Terceira. O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I- a demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II- a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III- os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas; V- o comprovante de devolução de eventual saldo financeiro; remanescente e
- VI- a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias.

Subcláusula Quarta. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I- dos resultados alcançados e seus benefícios;
- II- dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- III- do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- IV- da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Subcláusula Sexta. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

Subcláusula Sétima. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

- I- Relatório Final de Execução do Objeto;
- II- os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano; III- relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- IV- relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver (parcerias com vigência superior a um ano).

Subcláusula Oitava. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas, devendo mencionar os elementos referidos na Subcláusula Quarta.

Subcláusula Nona. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a OSC da observância da Subcláusula Quarta, assim como poderá dispensar que o parecer técnico de análise da prestação de contas final avalie os efeitos da parceria na forma da Subcláusula Oitava.

Subcláusula Décima. Na hipótese de a análise de que trata a Subcláusula Sétima concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no Plano de Trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Subcláusula Décima Primeira. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

- I- a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II- o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; III- o extrato da conta bancária específica;
- IV- a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no

custeio de uma mesma parcela da despesa;

V- a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI- cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula Décima Segunda. A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I- o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

II- a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula Décima Terceira. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Subcláusula Décima Quarta. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I- aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II- aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III- rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula Décima Quinta. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Subcláusula Décima Sexta. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Subcláusula Décima Sétima. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I- apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II- sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Subcláusula Décima Oitava. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

I- no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

II- no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Décima Nona. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Subcláusula Vigésima. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Subcláusula Décima Nona no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Subcláusula Vigésima Primeira. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I- a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

II- o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Subcláusula Vigésima Segunda. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

Subcláusula Vigésima Terceira. O transcurso do prazo definido na Subcláusula anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I- não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II- não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Subcláusula Vigésima Quarta. Se o transcurso do prazo definido na Subcláusula Vigésima Segunda, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Subcláusula Vigésima Quinta. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I- advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e;

III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Subcláusula Primeira. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Subcláusula Segunda. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

Subcláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Subcláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal.

Subcláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal prevista na Subcláusula anterior, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Subcláusula Sexta. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da Administração Pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO

18.1. Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da entidade pública municipal, de acordo com a identidade visual deste.

Subcláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela entidade pública municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal, sob a coordenação da Procuradoria Geral do Município, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014.

Subcláusula Única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Justiça Estadual, mais especificamente o Foro da Cidade de Niterói, Comarca de Niterói.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Dirigente máximo da entidade da Administração Pública

Presidente Nome OSC

TESTEMUNHAS: _____

Nome:

Identidade:

CPF:

Nome:

Identidade:

CPF:

ANEXO VII

PLANO DE TRABALHO

DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE CUNHO ESPORTIVO E PEDAGÓGICO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1 - JUSTIFICATIVA/CONTEXTO

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, inaugurou uma nova concepção de criança e adolescente, superando a ideia de que eles são incapazes e passíveis de tutela. Consiste na legislação específica - que regulamenta o paradigma da proteção integral amparado no Artigo 227 da Constituição Federal - o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência crueldade e opressão.

Portanto, a partir do ECA, as crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos, passam a ser considerados cidadãos em fase peculiar de desenvolvimento e, portanto, portadores de direitos. Entende-se a prática de atividades físicas e esportivas como um direito humano cujos benefícios podem ser observados nas esferas da saúde, educação, qualidade de vida, sociabilidade e pertencimento à comunidade e à cidade.

Niterói possui regiões como Maceió, Largo da Batalha e Ititioca, em Pedotiba, com percentual de apenas 54% de jovens entre 15 e 19 anos que completaram o ensino médio¹, além de altos índices de distorção idade-série, chegando a 27% nos anos iniciais e 41% nos anos finais², sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade social. Apenas em 2017, aproximadamente 400 adolescentes foram apreendidos por prática de ato infracional no município³. Dessa maneira, entende-se que o presente objeto proporciona um maior desenvolvimento humano, operando no sentido de garantir a proteção social de crianças e adolescentes, a promoção do protagonismo, reforçar o papel da escola e aumentar a autoestima dos participantes por meio de atividades que valorizam a sua cultura, a criatividade e o esporte.

A implantação do Projeto visa fomentar e democratizar o acesso à prática esportiva e de lazer na modalidade FUTEBOL com caráter formativo educacional, através de 12 (doze) núcleos dirigidos à cerca de 1.000 (mil) crianças e adolescentes, de 05 a 17 anos, em situação de risco social, promovendo dessa forma, a inclusão social, de saúde, a preservação de valores morais e o civismo, a valorização das raízes e heranças culturais, a conscientização de princípios sócio-educativos (co-educação, cooperação, emancipação, totalidade, participação, regionalismo), a aquisição de valores de direitos e deveres, a solidariedade, o aprimoramento do desenvolvimento psicomotor e a melhora do condicionamento físico.

Para viabilizar o Projeto, faz-se necessário firmar parceria com uma Organização de Sociedade Civil (OSC), para estruturar as atividades específicas para crianças,

adolescentes e portadores de necessidades especiais, direcionadas a prática de atividades físicas, recreativas, lúdicas e de lazer para este público-alvo. As atividades do projeto, devem, assim, ser inclusivas, acessíveis e abertas à população, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

¹ Plano Estratégico Niterói Que Queremos 2013-2033, 2013.

²Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

³Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

2 – OBJETO

Implantação de 12 (doze) núcleos para atendimento de 1000 (mil) crianças/adolescentes, em média, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, por meio da oferta de atividades esportivas da modalidade futebol, além de atividades complementares, como: exibição de vídeos pedagógicos; palestras sobre saúde voltadas para a prática esportiva; jogos didáticos, pedagógicos e lúdicos; e competições esportivas do tipo campeonatos, torneios, festivais ou apresentações.

3 – PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste projeto são crianças e adolescentes na faixa etária de 05 a 17 anos, que frequentem ou estejam evadidos da rede pública de ensino, residam em áreas de risco ou sejam indicados pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Niterói. Além disso, inclui-se a busca ativa de crianças com deficiências físicas (auditiva e física) e/ou mentais (de leve a moderada) no escopo deste projeto.

4 – OBJETIVOS

- Ampliar a oferta de atividades extracurriculares gratuitas no contraturno escolar para crianças e adolescentes;
- Proporcionar espaços de lazer e recreação para crianças e adolescentes a fim de promover o trabalho em equipe, a cooperação e a convivência pacífica;
- Desenvolver a capacidade e habilidade motora dos participantes;
- Promover a inclusão de crianças e adolescentes com deficiências nas práticas esportivas;
- Fomentar a participação feminina no esporte;
- Promover o bem-estar do público atendido com foco na melhoria da qualidade de vida.

5 – ESPECIFICAÇÃO DE ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM PARCERIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Organização da Sociedade Civil vencedora do certame atenderá as diretrizes de gestão e administração apontadas pelos gestores da Secretaria Municipal de Governo. Caberá à Organização da Sociedade Civil vencedora desenvolver as atividades para as quais se candidatou, conforme as diretrizes apresentadas em sua proposta, devidamente aprovadas pelo poder público.

Os parâmetros mínimos obrigatórios para o desenvolvimento das atividades são:

- Atender, minimamente, 800 crianças e adolescentes por mês;
- Fazer a aquisição de materiais esportivos e uniformes, bem como zelar pela adequada reposição e manutenção garantindo boas condições de uso;
- Desenvolver para além das atividades físicas, atividades complementares (culturais, passeios turísticos, visitas a museus, etc) pelo menos uma vez por mês englobando todas as turmas;
- Incentivar a prática de leitura;
- Estruturar os espaços para que permitam a integração esportiva e social das crianças e adolescentes que atuarem nas atividades;
- Incentivar o protagonismo da população em pertencer ao espaço e proteger o seu entorno;
- Promover torneios, campeonatos e eventos com as crianças e adolescentes atendidos;
- Identificar e desenvolver os jovens com potencial para o atletismo profissional;
- Realizar parcerias com projetos sociais locais voltados para o esporte;
- Incentivar o vínculo do projeto com a rede pública de educação, saúde e assistência social a fim de garantir o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

6 - DETALHAMENTO DOS AMBIENTES, TURMAS E HORÁRIOS DAS ATIVIDADES

Os 12 (doze) núcleos nos quais as atividades serão realizadas são:

Núcleo

- 1 - Núcleo Concha Acústica
- 2 - Núcleo Maruí Grande
- 3 - Núcleo Maria Paula
- 4 - Núcleo Barreto
- 5 - Núcleo Engenhoca
- 6 - Núcleo Caramujo (Campo Batalhão BPRV)
- 7 - Núcleo Caramujo 2 (Quadra Centro Caramujo)
- 8 - Núcleo Caramujo 3 (Quadra Bom Fim)
- 9 - Núcleo Largo da Batalha
- 10 - Núcleo Jurujuba (CEU)
- 11 - Núcleo Santa Bárbara
- 12 - Núcleo Alarico de Souza

As atividades em todos os núcleos deverão ser oferecidas em dias úteis, no período matutino e vespertino no contraturno escolar, sendo que cada um dos 12 (doze) núcleos deverá oferecer 4 (quatro) turmas. Cada turma deverá fazer 2 (duas) aulas por semana, sendo cada aula com duração de 2 (duas) horas. Nos feriados não há necessidade de oferta de aulas. Contudo, durante o recesso do calendário escolar as atividades deverão ser necessariamente mantidas.

7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

[illegible]

[illegible]

8 - METAS A SEREM ATINGIDAS

INDICADORES		METAS	
	Indicador	Responsável	Originais
1	Grau de satisfação dos alunos matriculados em relação ao serviço oferecido	Pesquisa semestral	Pelo menos 80% dos alunos entrevistados "satisfeitos" ou "muito satisfeitos"
2	Grau de satisfação das famílias dos alunos matriculados em relação ao serviço oferecido	Pesquisa semestral	Pelo menos 80% dos responsáveis entrevistados "satisfeitos" ou "muito satisfeitos"
3	Número Mínimo de Atividades a serem oferecidas	Gestor do Termo de Cooperação	Média mínima de 24 turmas de atividades oferecidas por dia
4	Número de alunos matriculados nas atividades a serem desenvolvidas em diferentes pontos da cidade	Gestor do Termo de Cooperação	1.000 alunos matriculados ao final dos primeiros 12 meses de gestão
5	Turmas específicas para portadores de necessidades especiais	Contratada	Mínimo de 2 turmas
6	Turmas com times femininos	Contratada	Mínimo de 8 turmas
7	Número de atendimento nos núcleos por mês	Contratada (fichas de alunos e diários de classe dos núcleos)	1º Ano: mínimo de 800/mês 2º Ano: mínimo de 1000/mês
8	Quantidade de eventos e passeios realizados pelos núcleos	Contratada	Realização de 12 eventos ou mais no 1º e no 2ºano
9	Número de horas dirigidas à informação/capacitação dos funcionários e voluntários	Contratada	30 horas de informação/capacitação no 1º anos e 40 horas no 2º ano
10	Nível de satisfação dos funcionários/voluntários em relação à gestão da Entidade	Pesquisa semestral com funcionários/voluntários	Pelo menos 80% dos funcionários/voluntários "satisfeitos" ou "muito satisfeitos" com a gestão

9	- DEMANDA DE FUNCIONÁRIOS
---	---------------------------

Serão necessários funcionários formados em Educação Física com capacitação e experiência para ministrar as aulas, que ocorrerão durante todos os dias úteis nos turnos da manhã e da tarde. Possuir experiência de trabalho com crianças e jovens é fundamental, tanto para as atividades físicas quanto para as socioemocionais. Os alunos deverão ser atendidos pelos profissionais de Educação Física visando à prática da modalidade de futebol, com respeito às regras e jogo cooperativo; à adaptação a novas atividades; à superação de preconceitos; e ao aumento de sua independência, segurança e autoestima. Além disso, os profissionais deverão ter conhecimentos em primeiros-socorros.

10 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Foi estimado um valor de R\$ 1.017.145,00 (um milhão e dezessete mil, cento e quarenta e cinco reais) para um período de 24 (vinte e quatro) meses, a ser desembolsado conforme tabela abaixo:

Mês 1	R\$ 152.571,75
Mês 3	R\$ 108.071,66
Mês 6	R\$ 108.071,66
Mês 9	R\$ 108.071,66
Mês 12	R\$ 108.071,66
Mês 15	R\$ 108.071,66
Mês 18	R\$ 108.071,66
Mês 21	R\$ 108.071,66
Mês 24	R\$ 108.071,66
Total	R\$ 1.017.145,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Atos do Secretário

PORTARIA Nº 437/2018- PRORROGA, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 349/2017 – Processo nº 020/001560/2016.

PORTARIA Nº 438/2018- PRORROGA, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 083/2018 – Processo nº 020/000712/2018

PORTARIA Nº 439/2018- PRORROGA, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 066/2017 – Processo nº 020/003760/2015.

EXTRATO Nº 39/2018-GAB/SMA

INSTRUMENTO: Reconhecimento de Dívida. **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretária Municipal de Administração e **GABRIEL BRUZZI VIANNA. OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento da dívida líquida no valor total de R\$ 20.696,66 (vinte mil seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos), referente a pagamento de gratificação de produtividade correspondente aos meses de abril e maio de 2014. **VERBA:** P. T. nº 17010412201450955. **C.D. nº** 3319092000000; **FONTE** 100; **Nota de Empenho nº** 3143, datada de 06/11/2018. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/3359/2018. **DATA DA ASSINATURA:** 13 de novembro de 2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2018/SMA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI COMUNICA QUE REALIZARÁ, NO DIA 03 (TRÊS) DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 10:00h, NA SALA DE LICITAÇÃO/SMA LOCALIZADA NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA Nº 987/5º ANDAR – CENTRO – NITERÓI - RJ, CERTAME NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB O Nº 049/2018/SMA, DO TIPO MENOR PREÇO, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O VALOR POR ITEM ESTIMADO, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE GRELHA BOCA DE LOBO ARTICULADA PARA PASSAGEM DE CARROS E CAMINHÕES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER RETIRADOS PELO SITE www.niteroi.rj.gov.br. NO ÍCONE AVISO DE LICITAÇÕES – SMA E NO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987/5º ANDAR, DE 09:00 ÀS 16:00 HORAS (É NECESSÁRIO 01 PEN DRIVE PARA GRAVAÇÃO DA PLANILHA DA PROPOSTA E 01 RESMA DE PAPEL A4).

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PORTARIA Nº 031/SMF/18

Designa **THIAGO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA** para responder pelo expediente da Coordenadoria de Receitas Diversas, da Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 19/11/2018 a 24/01/2019.

EXTRATO SMF Nº 25/2018

INSTRUMENTO: Contrato SMF nº10/2018, PARTES: O Município de Niterói por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e a Empresa **NEOWAY TECNOLOGIA INTEGRADA ASSESSORIA E NEGÓCIOS**. OBJETO: prestação de serviços de acesso de uso de 12 unidades de Solução de Inteligência de Governo. PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de 13/11/2018. VALOR: R\$ 1.479.000,00 (Um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil reais). Verba: Natureza das Despesas: 3339039370000- Fonte De Recurso: 108 - Programa De Trabalho: 2101.04.122.0145.4189 - Nota De Empenho: 3081/18. FUNDAMENTO: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei 10.520 de 17 de Julho de 2002; Decreto Municipal nº 11.466/2013 e demais legislações correlatas, bem como o Processo Administrativo nº: 030/000156/2018. DATA DA ASSINATURA: 13 de novembro de 2018.

DESPACHO DO PRESIDENTE DO FCCN

30/17284/18 - CRISTINA MARIA VELLOZO D. WEICHERT. - “ACÓRDÃO Nº 2239/2018 - ITBI. RECURSO VOLUNTÁRIO, TEMPESTIVO. PROPOMOS O ENVIO PARA UMA NOVA AVALIAÇÃO DO TERRENO EM QUESTÃO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA PARA UM NOVO JULGAMENTO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

Atos do Subsecretário de Trânsito

Portaria SMU/SST nº 136, de 06 de novembro de 2018.

O Presidente da NiTrans e Subsecretário de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13, 11.445/13 e 12.143/15, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

Considerando a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no art. 24 da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o art. 2º, inc. VII da Resolução CONTRAN nº 302/08;

Considerando a Lei Municipal nº 2.131/04;

Considerando o processo administrativo 530/004759/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir área de estacionamento especial de curta duração, para 01 vaga, destinada a utilização emergencial dos usuários de farmácias, drogarias e similares, em período de tempo determinado e regulamentado de até 15 (quinze) minutos, com pista alerta ligado, ao longo da via, na Av. Rui Barbosa, nº 126, conforme sinalização implantada e o disposto no processo administrativo nº 530/004759/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Diretor do DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS comunica que os abaixo relacionados, recusaram-se a assinar, ou receber as intimações e /ou autos de infração ou estavam ausentes, no momento da ação fiscal.

INTIMAÇÃO

CARLOS C. DOS S. S. E S/M - Rua F, 194- Baldeador – Int.26228/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO

COND. EDIF. DR. DENEIO NOGUEIRA - R Américo Wanick, 94-Barreto -A.I.01703/2018; JOAQUIM HENRIQUE GONÇALVES - R São Diogo, 2-Ponta da Areia -A.I.01704/2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO

Termo de Compromisso de Patrocínio nº 030/2018 - que entre si fazem o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL, e do outro lado a CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, com o intuito de realizar a Remada Rosa - Outubro Rosa, valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), que obedece ao processo administrativo nº230/000121/2018. Fundamento legal: Inciso II, art.24 da Lei Federal 8.666/93. Data da assinatura: 05/10/2018. Verba: Código de Despesa nº3339039000000 do Programa de Trabalho nº 140.127.812.0137.4110 da Fonte 100.

Na convocação de boa acolhida, manifestamos nossa consideração.

EXTRATO

Termo de Compromisso de Patrocínio nº 031/2018 - que entre si fazem o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL, e do outro lado a CASTELO DAS TENDAS LTDA-ME, com o intuito de fornecer tendas sanfonadas, valor de R\$ 9.110,00 (nove mil cento e dez reais), que obedece ao processo administrativo nº230/000109/2018. Fundamento legal: Inciso II, art.24 da Lei Federal 8.666/93. Data da assinatura: 20/07/2018. Verba: Código de Despesa nº3339039000000 do Programa de Trabalho nº 140.104.122.0145.4191 da Fonte 100.

Na convocação de boa acolhida, manifestamos nossa consideração.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO COM ENCARGOS

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, representado pelo Secretário Luiz Carlos Gallo de Freitas, com esteio na Lei Municipal nº 925/1991, torna público este **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA** visando à identificação de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar Termo de Cessão de Uso de imóvel público, com o encargo de construir estrutura poliesportiva no local, conforme o Processo Administrativo nº 230000047/2018.

1. OBJETO DA CESSÃO

Constituirá objeto da cessão de uso o imóvel público situado na Rua Antonio Luiz Saião, no trecho compreendido entre as Ruas “O, A, B, C, P, E, S, T e U”, do loteamento Cidade Balneária Itaipú, Campo Belo, Niterói, da qual o MUNICÍPIO DE NITERÓI é senhor e possuidor.

2. FINALIDADE E ENCARGOS

O imóvel objeto da cessão de uso destinar-se-á, exclusivamente, para a construção de estrutura poliesportiva e sua exploração com fins estritamente sociais, ficando a futura CESSIONÁRIA obrigada a realizar, como contrapartida da cessão gratuita, o seguinte:

- a) Construção da estrutura poliesportiva mínima, nos termos do Anexo I;
- b) Disponibilizar o espaço para realização de atividades esportivas sem a cobrança de ingressos;
- c) Disponibilizar o espaço para eventos organizados pelo MUNICÍPIO, conforme cronograma a ser acordados entre as partes;
- d) Permitir a utilização do espaço por escolas públicas da região, com ou sem supervisão dos integrantes da associação CESSIONÁRIA, conforme plano de trabalho.

2.1. Os gastos necessários para a entrega da proposta, bem como para a realização das obras e para manutenção preventiva e corretiva do imóvel serão de responsabilidade exclusiva da CESSIONÁRIA.

2.2. Em hipótese alguma será admitida a cobrança de ingresso ao imóvel com caráter lucrativo.

2.3. Extinto o Termo de Cessão de Uso, haverá a reversão de todos os bens construídos ou instalados no imóvel em favor do MUNICÍPIO, sem que haja direito de pagamento de qualquer valor indenizatório à CESSIONÁRIA.

3. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Os eventuais interessados terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias para se manifestarem, a contar do primeiro dia seguinte ao da publicação deste Edital, devendo entregar sua proposta na Secretaria de Esportes e Lazer, situada na Rua Timbiras nº 409, São Francisco, Niterói, RJ ou pelo e-mail smel.smelniteroi@gmail.com.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Poderão ser solicitados esclarecimentos acerca do objeto deste Edital até 05 (cinco) dias úteis anteriores ao prazo para a entrega da proposta, até às 16 horas, desde que por escrito, encaminhado ao endereço situado à Rua Timbiras nº 409, São Francisco, Niterói, RJ ou, ainda, mediante e-mail smel.smelniteroi@gmail.com.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Só poderá celebrar o Termo de Cessão de Uso organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e que apresentem os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa,
- f) registro ou inscrição na entidade profissional competente, se for o caso;
- g) proposta para a realização dos encargos assumidos;

6. PRAZO PARA A CESSÃO DE USO

De acordo com a legislação aplicável, a Cessão de Uso será outorgada ao CESSIONÁRIO pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da assinatura do Termo de Cessão ou da publicação do extrato no Diário Oficial, o que se der por último, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Este procedimento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro.

7.2. O recebimento de propostas durante este procedimento não obriga o MUNICÍPIO a celebrar o Termo de Cessão de Uso respectivo, e não confere qualquer direito de indenização aos interessados ou terceiros.

7.3. Os prazos estabelecidos neste edital poderão ser prorrogados à critério do MUNICÍPIO DE NITERÓI.

7.4. Ocorrendo ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, estes ficarão automaticamente adiados para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

7.5. Os interessados poderão solicitar à Secretaria de Esportes e Lazer acesso à minuta do Termo de Cessão de Uso do Imóvel.

8. DA NECESSIDADE DE LICITAÇÃO

Havendo a manifestação de mais de uma associação civil sem fins lucrativos, será necessária a realização de licitação, nos termos do art. 11 da Lei nº 925/1991.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO Nº 135/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa NITEROI LETRAS COMUNICAÇÃO VISUAL COMERCIO E SERVIÇOS DE LETRAS LTDA. OBJETO: Aquisição de letra de chapa galvanizada com pintura preta. VALOR:R\$714,00. Proc.nº040/001634/2018, DATA:30/10/2018.

EXTRATO Nº 131/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa NOVA COMAUP PEÇAS E SERVIÇOS. OBJETO: Aquisição de 400 litros de óleo lubrificante SAE90. VALOR:R\$4.640,00. Proc.nº040/001643/2018, DATA:24/10/2018.

EXTRATO Nº 132/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa LEAL NITEROI OXIGENIO E FERRAMENTAS LTDA. OBJETO: Aquisição de recargas de oxigênio e acetileno. VALOR:R\$9.192,72. Proc.nº040/001551/2018, DATA:30/10/2018.

EXTRATO Nº 133/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa M&M JARDINAGEM E FERRAMENTAS EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de adubo químico e outros. VALOR:R\$7.577,00. Proc.nº040/001425/2018, DATA:29/10/2018.

EXTRATO Nº 137/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa TRATORFIL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de peças para GOL 1.6, placa LPC 8606. VALOR:R\$250,00. Proc.nº040/001683/2018, DATA:30/10/2018.

EXTRATO Nº 138/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa VISCONDE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME. OBJETO: Aquisição de peças para GOL 1.6, placa LPC 8606. VALOR:R\$4.860,00. Proc.nº040/000196/2018, DATA:05/11/2018.

EXTRATO Nº 136/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa MPT COMERCIAL E MARKETING LTDA-EPP. OBJETO: Compra de material preventivo corretiva do cabeamento estruturado da rede. VALOR:R\$2.437,22. Proc.nº040/001624/2018, DATA:30/10/2018.

EXTRATO Nº 134/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa NOVA COMAUP PEÇAS E SERVIÇOS. OBJETO: Aquisição de turbina para motor MWM 4C série 10 para o caminhão Ford F1000. VALOR:R\$1.828,00. Proc.nº040/001552/2018, DATA:30/10/2018.

EXTRATO Nº 139/2018

Tendo em vista, o teor do processo nº 040/001274/2018, homologo o resultado da licitação, por PREGÃO PRESENCIAL sob o nº 044/2018, relativo a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto paisagístico do Parque Prefeito Ferraz (Campo São Bento), adjudicando a aquisição à empresa: PROSSEMA – ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA EPP– CNPJ nº 00.586.091/0001-99, com o Valor Total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com o inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Corrigenda – SECONSER. Na publicação do dia 06/09/2016, extrato nº 63/2016. Leia-se: Valor: R\$450,00, Data: 30/08/2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EXTRATO Nº 306/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 306/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **DENISE DOS SANTOS LIMA OBJETO:** Contratação Temporária de **Técnico de Nível Superior**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 04 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 307/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 307/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **LUCIANA SOARES DOS SANTOS ALMEIDA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Técnico de Nível Superior**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 04 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 308/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 308/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **RONALDO BELLO. OBJETO:** Contratação Temporária de **Técnico de Nível Superior**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 04 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 309/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 309/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **NAIARA DA SILVA AZEVEDO. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitadora**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 04 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 311/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 311/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **JANETE SANTIAGO CORDEIRO. OBJETO:** Contratação Temporária de **Educadora Social**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 04 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 312/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 312/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **ALINE RIBEIRO MARTINS MATOS. OBJETO:** Contratação Temporária de **Auxiliar Administrativo**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 04 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 313/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 313/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **ANADABE DA SILVA ROSA COSTA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Auxiliar Administrativo**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 04 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 314/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 314/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **MARGARETH DA SILVA MARTINS GONÇALVES. OBJETO:** Contratação Temporária de **Auxiliar Administrativo**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 04 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 315/2018
INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 315/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **SIMONE DA SILVA BATISTA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 05 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 316/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 316/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **RAFAELA DE OLIVEIRA DOS SANTOS DA ROCHA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Assistente Social**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 05 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 317/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 317/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **CLAUDIA COMBAT REIS. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 05 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 318/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 318/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **CLAUDIA CRISTINA DE ARAUJO SANTOS. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 05 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 319/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 319/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **IOVANA REIS BORGES. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 05 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 322/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 322/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **MARCIO DE JESUS ALVES. OBJETO:** Contratação Temporária de **Auxiliar Administrativo**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 05 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 324/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 324/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **MARIA ISABEL DOS SANTOS DE FREITAS. OBJETO:** Contratação Temporária de **Técnico de Nível Superior**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 325/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 325/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **MARIA INES BARCELOS DE SOUZA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Técnico de Nível Superior**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 326/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 326/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **CLAUDIA DE LIMA FRANCO. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 327/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 327/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **MARIA RAIMUNDA DIAS CARNEIRO DE CASTRO. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 328/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 328/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **TADEU MENDES DA SILVA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de

Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 329/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 329/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **WALLACE CATANZARO DA SILVA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 330/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 330/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA DE LEMOS. OBJETO:** Contratação Temporária de **Educadora Social**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 331/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 331/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **WANDA MONTENEGRO DOS SANTOS. OBJETO:** Contratação Temporária de **Educadora Social**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 332/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 332/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **NEYDE MACHADO DA SILVA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Técnico de Nível Superior**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 10 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 06 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 333/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 333/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **ESTHER PIRES DE ANDRADE. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitador**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 06 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 06 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 334/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 334/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **MARCELO DELFINO FIRMINO. OBJETO:** Contratação Temporária de **Auxiliar Administrativo**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 10 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 06 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 335/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 335/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **MARIA DA GLORIA CAMARA FERREIRA DE AMORIM. OBJETO:** Contratação Temporária de **Auxiliar Administrativo**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 10 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 06 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 336/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 336/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **CASSIA CAROLINA CARVALHO DE ARAGÃO. OBJETO:** Contratação Temporária de **Assistente Social**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 11 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 10 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 338/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 338/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **ROSANE FRATANE DE OLIVEIRA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Assistente Social**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 12 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$12.611,61 (doze mil, seiscentos e onze reais e sessenta e um centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis

Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 11 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 350/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 350/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **FERNANDA GOUVEIA DOS SANTOS DE ABREU. OBJETO:** Contratação Temporária de **Auxiliar Administrativo**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 26 de setembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$6.692,15 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e quinze centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 25 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 351/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 351/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **FERNANDA DA SILVA BATISTA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Digitadora**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 01 de outubro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$5.535,72 (cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de setembro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 05/10/2018.**

EXTRATO Nº 357/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 357/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **THAIS DE SÁ MELLO. OBJETO:** Contratação Temporária de **Psicólogo**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 03 de outubro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$10.309,43 (dez mil, trezentos e nove reais e quarenta e três centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 02 de outubro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 08/11/2018.**

EXTRATO Nº 361/2018

INSTRUMENTO: Termo **SASDH nº 361/2018. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **DAYSE LAURINDO NOGUEIRA. OBJETO:** Contratação Temporária de **Assistente Social**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **PRAZO:** 11 de outubro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. **VALOR ESTIMADO:** R\$10.309,43 (dez mil, trezentos e nove reais e quarenta e três centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.08.122.0145.4192, CD nº 3.3.3.9.0.04.01 (Remuneração), Fonte 208, Nota de Empenho Nº 000001, datada de 09/01/2018. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República e Leis Municipais nº 3.083/14 e nº 3.086/14 e processo 090000234/2016. **DATA DA ASSINATURA:** 10 de outubro de 2018. **Omitido do Diário Oficial do dia 08/11/2018.**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NITERÓI

Com base nos termos do artigo 204, inciso II, e artigo 227, parágrafo 7º da Constituição Federal; do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8069/90; dos artigos 5º e 6º da Lei Municipal nº 3361/2018; nos artigos 12,15, 84, 149 e 194 da Lei Orgânica Municipal; e nas Resoluções 105, 106 e 116 do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); o CMDCA Niterói DELIBERA:

DELIBERAÇÃO Nº: 226

Em Assembleia Ordinária do CMDCA Niterói, realizada no dia 04 de outubro de 2018, no auditório na Rua Coronel Gomes Machado, n.º259, Centro – Niterói/RJ aprovou a renovação do Registro do Instituto Brasileiro Pró educação, trabalho e desenvolvimento – ISBET, sob o Número 213/11, pelo prazo de 2 anos. Aprovou a renovação provisória do Instituto Canhotinha de Ouro, sob o número 116/02, pelo prazo de 06 meses. Aprovou a inscrição provisória do Programa Aprendiz Legal – Arco Ocupacional Ocupações Administrativas do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, sob o número 156.11 (regime de apoio socioeducativo em meio aberto), pelo prazo de 03 meses.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EDITAL PROCURADOR Nº 40, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O **Procurador Geral do Município de Niterói**, no uso de suas atribuições, considerando o resultado final do Concurso para provimento de vagas para o cargo de Procurador do Município, 3ª Categoria (P3) e a aprovação do Prefeito no processo 070/1940/2018, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado classificado na 23ª (vigésima terceira) colocação para apresentação dos documentos, na forma dos **itens 5.3, 14.3 e 14.4 do Edital nº 01, de 22 de setembro de 2014.**

1. Candidato convocado:

Inscrição	Nome	Situação	Classificação
515001457	Thatiany Matos Carpanez	Aprovada	23ª

2. O candidato acima convocado deverá comparecer à Sede da Procuradoria Geral do Município (Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 7º andar, Centro, Niterói) impreterivelmente até o dia 27 de novembro de 2018 portando o original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Documento de identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Certidão de Casamento. Se viúvo, apresentar a Certidão de Óbito e, se divorciado, apresentar a Averbação ou Escritura Pública de União Estável;
- d) 04 fotos 3x4 iguais e recentes;
- e) Diploma, devidamente registrado, de bacharel em Direito, fornecido por instituição de ensino, reconhecido pelo Ministério de Educação ou Certificado de conclusão e protocolo do requerimento do diploma;
- f) Documento que comprove a quitação de obrigações concernentes ao serviço militar, se do sexo masculino;
- g) Título de eleitor e de documento que comprove estar o candidato em dia com as obrigações eleitorais ou certidão negativa da Justiça Eleitoral;
- h) Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal, Estadual ou do Distrito Federal e Militar dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- i) Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- j) Declaração quanto ao exercício de outro(s) cargo(s), emprego(s) ou função(ões) pública(s) e sobre recebimento de proventos decorrente de aposentadoria e pensão;
- k) Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;
- l) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, se já for cadastrado;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- n) Cópia da Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal, relativa ao último exercício fiscal;
- o) Comprovante de residência;
- p) Currículo atualizado.

2.1 No caso da alínea "j", àqueles que ocupam cargo ou emprego público incompatível, devem apresentar declaração de que pedirão exoneração ou desligamento em data anterior à nomeação e posse.

2.2 Os documentos apresentados não serão devolvidos aos candidatos.

EXTRATO

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Referência: Ação Civil Pública nº 0014242-60.2017.8.19.0002
Procedimento Administrativo nº 09/2018 (2018.00565059)

Compromitente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Compromissários: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social
Fundação Leão XIII
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói
Secretaria Municipal de Saúde de Niterói

Objeto: compromisso de ajustamento de conduta, no sentido de assegurar adequação e continuidade dos serviços essenciais de assistência social de alta complexidade prestados na unidade Centro de Recuperação Social – CRS Itaipu, da Fundação Leão XIII, bem como efetivar a desinstitucionalização dos usuários do CRS Itaipu atualmente acolhidos em instituições localizadas em Nova Friburgo e Vassouras e viabilizar a transferência dos usuários, de acordo com seu perfil, para residência inclusiva ou manutenção no abrigo institucional, conforme o caso. Fundamento: Art. 1º, IV e VIII c/c art. 5º, §6º, Lei nº 7.347/85, Resolução GPGJ nº 2.227/2018. Data de Assinatura: 07 de novembro de 2018

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO N.º 102/2018.

INSTRUMENTO: Contrato n.º 22/2018. PARTES: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Agência O Globo Serviços de Imprensa S.A.. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de avisos de licitação e afins, assim como outros atos de interesse da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, em jornal diário de grande circulação no estado do rio de janeiro, no caderno destinado a esse fim e em dias úteis, à medida que se mostre necessário tornar público tais expedientes, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório VALOR: R\$ 69.700,00 (sessenta e nove mil e setecentos reais). VERBA: Programa de Trabalho n.º 2543.10.122.0145.4192, Código de Despesa n.º 33.90.39.00, Fonte n.º 207, Nota de Empenho n.º 000715/2018. FUNDAMENTO: Lei n.º 8.666/93, bem como o Processo Administrativo n.º 200/3365/2017. Data de Assinatura: 15 de agosto de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO

PROCESSO Nº 200/14951/2017 – PREGÃO 031/2018

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO o resultado do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 035/2018, que visa a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOTINAS OCUPACIONAIS E BOTAS IMPERMEÁVEIS PARA UTILIZAÇÃO COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS AGENTES DE CONTROLE DE ZOONOSSES/ENDEMIAS QUE ATUAM NO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSSES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, durante o período de 12 meses, adjudicando a(s) empresa(s): ST IRAJA AGRÍCOLA LTDA, CNPJ Nº 03.656.245/0001-60, pelo valor total de 61.056,00 (sessenta e um mil cinquenta e seis reais, com condições de entrega, validade e pagamento, conforme disposto no edital). PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 200/14951/2017.

EXTRATO DE ATA Nº 029/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 035/2018, Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOTINAS OCUPACIONAIS E BOTAS IMPERMEÁVEIS PARA UTILIZAÇÃO COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS AGENTES DE CONTROLE DE ZOONOSSES/ENDEMIAS QUE ATUAM NO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSSES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, durante o período de 12 meses. Processo nº 200/14951/2017, Modalidade de Licitação Pregão Presencial – SRP nº 031/2018, Total de Fornecedores Registrados: 01(um). A Vigência da Ata será de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação, no valor total de 61.056,00 (sessenta e um mil cinquenta e seis reais). Detalhamento da ata no site www.niteroi.rj.gov.br.

PORTARIA FMS/FGA Nº 228/2018

A Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Indicar o Gestor responsável pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, Processo 200/14951/2017, do Pregão SRP 031/2018, cujo objeto é a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOTINAS OCUPACIONAIS E BOTAS IMPERMEÁVEIS PARA UTILIZAÇÃO COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS AGENTES DE CONTROLE DE ZOONOSSES/ENDEMIAS QUE ATUAM NO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSSES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, durante o período de 12 meses, para atender à demanda da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

Art. 2º - Nome do Titular: Francisco de Faria Neto, Mat. 436.987.

Art. 3º - Substituto: Fernando José da Conceição Filho, Mat. 437.088.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO

PROCESSO Nº 200/4409/2018 – PREGÃO 035/2018

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO o resultado do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 035/2018, que visa a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COLETA DE SANGUE, FRASCOS COLETORES E OUTROS INSUMOS UTILIZADOS EM ROTINAS DE LABORATÓRIO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DE EXAMES DE TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, durante o período de 12 meses, adjudicando a(s) empresa(s): MICROLLAGOS MICROSCOPIA CIENTÍFICA EIRELI EPP, CNPJ Nº 05.897.431/0001-16; ENZIPHARMA PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA, CNPJ Nº 02.314.108/0001-84; LABBRAX DIAGNÓSTICA, CNPJ Nº 05.035.010/0001-86; REAL NUTRIÇÃO, CNPJ Nº 18.716.271/0001-03; GREINER BIO-ONE BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 71.957.310/0001-47; HUMANAS DISTRIBUIDORA BIOMEDICA EIRELI EPP, CNPJ Nº 07.404.103/0001-66, pelo valor total de 676.831,80 (seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta centavos, com condições de entrega, validade e pagamento, conforme disposto no edital). PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 200/4409/2018.

EXTRATO DE ATA Nº 030/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 035/2018, Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COLETA DE SANGUE, FRASCOS COLETORES E OUTROS INSUMOS UTILIZADOS EM ROTINAS DE LABORATÓRIO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DE EXAMES DE TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, durante o período de 12 meses. Processo nº 200/4409/2018, Modalidade de Licitação Pregão Presencial – SRP nº 035/2018, Total de Fornecedores Registrados: 01(um). A Vigência da Ata será de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação, no valor total de 676.831,80 (seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta centavos). Detalhamento da ata no site www.niteroi.rj.gov.br.

PORTARIA FMS/FGA Nº 225/2018

A Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Indicar o Gestor responsável pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, **Processo 200/4409/2018**, do **Pregão SRP 035/2018**, cujo objeto é a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COLETA DE SANGUE, FRASCOS COLETORES E OUTROS INSUMOS UTILIZADOS EM ROTINAS DE LABORATÓRIO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DE EXAMES DE TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, durante o período de 12 meses**, para atender à demanda da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

Art. 2º - Nome do Titular: Claudia Nascimento Oliveira, Chefe Administrativo do LMV, Mat. 436.185-3.

Art. 3º - Suplente: Cristiane dos Santos Bosco, Chefe da Dispensação de Insumos, Mat. 437.217-3

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS**

Ficam fixados, a contar de 02/06/2010, s proventos mensais de **WILMARA POMIN MORAES**, aposentada no cargo de Assistente Administrativo, matrícula 000.114-1, referência VI, Nível Médio, do Quadro Permanente, conforme Art. 40 §§ 3º, 8º e 17 da CRFB/1988, c/c art. 1º da Lei 10.887/2004; lei nº 2644/09 a/c de 01/06/2009; art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei nº531/1985 e art.166 c/c art. 98, inciso III, alínea "a" da Lei nº531/1985, devendo a presente apostila substituir aquela anteriormente publicada em 26/05/2011.Ref proc. administrativo nº 200/5920/2010.

**COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO
AVISO DE PREGÃO**

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

PREGÃO PRESENCIAL ----- Nº: 47/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR, para atender aos pacientes do Hospital Orêncio de Freitas – HOF e Maternidade Municipal Alzira Reis Vieira Ferreira - MMARVF

DATA DA REALIZAÇÃO: 07/12/2018 HORA: 10:00

PROCESSO Nº: 200/5204/2018

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.niteroi.rj.gov.br ou na FMS – Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação).

**COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO
AVISO DE PREGÃO**

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

PREGÃO PRESENCIAL ----- Nº: 09/2018

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO REAGENTES PARA EXAMES DE MARCADORES DE HEPATITES VIRAIS, SOROLOGIAS PARA EXAMES DE IMUNOLOGIA DE MÉDIA COMPLEXIDADE (anticorpos G e M para Toxoplasmose, Rubéola, Citomegalovírus e Herpes Simplex, Leptospirose, LGE e Teste Treponêmico) e MARCADOR DE DOENÇA AUTOIMUNE (FAN com colocação de equipamentos totalmente automatizados, em cada um dos lotes, para leitura dos testes, através de termo de comodato a ser instalado no laboratório de Saúde Pública Miguelote Viana.

DATA DA REALIZAÇÃO: 05/12/2018 HORA: 10:00

PROCESSO Nº: 200/000301/2018

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.niteroi.rj.gov.br ou na FMS – Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação).

**COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO
AVISO DE PREGÃO**

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

PREGÃO PRESENCIAL ----- Nº: 52/2018

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELAS DE CAIXA D'ÁGUA através do menos preço por item, para atender as necessidades do Serviço de Controle de Vetores da Fundação Municipal de Saúde de Niterói-RJ.

DATA DA REALIZAÇÃO: 06/12/2018 HORA: 10:00

PROCESSO Nº: 200/14954/2017

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.niteroi.rj.gov.br ou na FMS – Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação).

**COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO
AVISO DE PREGÃO**

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

PREGÃO PRESENCIAL ----- Nº: 49/2018

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME E ELETROLITOS (SOLUÇÕES INTRAVENOSAS, PARA REPOSIÇÃO HIDROELETROLÍTICA) PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS ASSISTIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SMS /FMS-NITERÓI.

DATA DA REALIZAÇÃO: 04/12/2018 HORA: 10:00

PROCESSO Nº: 200/15156/2017

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.niteroi.rj.gov.br ou na FMS – Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação).

**FUNDAÇÃO DE ARTES DE NITERÓI- FAN
ATO DO PRESIDENTE**

Homologo e adjudico o objeto do certame licitatório: “contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos de sonorização, iluminação, projeção, montagem, operação e desmontagem para realização dos serviços de sonorização, iluminação cênica e projeção de imagens para o Teatro Popular de Niterói, administrado pela FAN, conforme as especificações e quantidade complementares constantes do ANEXO I – Termo de referência do Objeto - parte integrante do Edital 036/18, à empresa **GR PORTES MACHADO AUDIO VISUAL LTDA**, que apresentou menor valor global de **R\$ R\$ 478.000,00** (quatrocentos e setenta e oito mil reais), vencedora da licitação nº 036/18, modalidade: Pregão – Tipo: menor preço global, conforme processo administrativo nº 220/001425/2018 e de acordo com a Lei Federal 10520/2002, Decreto Municipal 9614/2005 e Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

**ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 009/2018
ATO DE CONTRATAÇÃO.**

Ato de contratação do profissional do setor artístico, o consagrado artista EMICIDA, através de empresário exclusivo, a empresa LABORATÓRIO FANTASMA PRODUÇÕES EIRELI, de acordo com o Artigo 25, III c/c 26 ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e processo administrativo/FAN/220/002338/2018 pelo valor total de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais). Recurso: NOTA DE EMPENHO Nº: 001215 / DATA DE EMISSÃO: 31/10/2018 / NATUREZA DA DESPESA: 3.3.3.9.0.39.84.00.00 / FONTE DE RECURSO: 108 / PROGRAMA DE TRABALHO: 41.41.13.392.0136.4108.

**ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 010/2018
ATO DE CONTRATAÇÃO.**

Ato de contratação do profissional do setor artístico, o consagrado grupo musical FUNDO DE QUINTAL, através de empresário exclusivo, a empresa SHOW E CIA – TOMASSI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME, de acordo com o Artigo 25, III c/c 26 ambos da Lei

Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e processo administrativo/FAN/220/002340/2018 pelo valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Recurso: NOTA DE EMPENHO Nº: 001214 / DATA DE EMISSÃO: 31/10/2018 / NATUREZA DA DESPESA: 3.3.3.9.0.39.84.00.00 / FONTE DE RECURSO: 108 / PROGRAMA DE TRABALHO: 41.41.13.392.0136.4108.

ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 011/2018
ATO DE CONTRATAÇÃO.

Ato de contratação do profissional do setor artístico, o consagrado artista RUEL, através de empresário exclusivo, a empresa MÚSICA POPULAR DO TERCERIO SERVIÇOS LTDA, de acordo com o Artigo 25, III c/c 26 ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e processo administrativo/FAN/220/002339/2018 pelo valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Recurso: NOTA DE EMPENHO Nº: 001213 / DATA DE EMISSÃO: 31/10/2018 / NATUREZA DA DESPESA: 3.3.3.9.0.39.84.00.00 / FONTE DE RECURSO: 108 / PROGRAMA DE TRABALHO: 41.41.13.392.0136.4108.

ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 016/2018

Autorizo e Ratifico a contratação do profissional do setor artístico, o consagrado artista DIOGO NOGUEIRA, através de empresário exclusivo, a empresa DIG NOG PRODUÇÕES LTDA-EPP, de acordo com o Artigo 25, III c/c 26 ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e processo administrativo/FAN/220/002530/2018 pelo valor total de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo /FAN/220/002381/2018

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONVITE Nº 044/18

Homologo a licitação referente ao PROCESSO ADM./FAN/220/002381/2018, EDITAL de Licitação/FAN/Nº 044/18, na modalidade Convite, cujo objeto é: “Contratação de empresa especializada para a execução do Projeto, “Dançando na Rede”, conforme especificado e quantificado na forma do Termo de Referência do Objeto (Anexo I – parte integrante do Edital de Licitação – FAN nº 044/2018”, com valor estimado em R\$97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), **Adjudicando** o serviço/objeto ora licitado à empresa licitante ANAFERR PROD. ART. LTDA-ME, vencedora do edital de licitação/FAN nº 044/2018, devidamente habilitada e classificada, no valor total de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), conforme parecer conclusivo da Comissão Permanente de Licitação desta Fundação.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO adm. /FAN/220/002341/2018

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONVITE Nº 043/18

Homologo a licitação referente ao PROCESSO ADM./FAN/220/002341/2018, EDITAL de Licitação/FAN/Nº 043/18, na modalidade Convite, cujo objeto é: “Contratação de empresa especializada para execução e produção cultural para desenvolvimento do Projeto cultural da FAN, titulado como: “Batuque Afro”, especificados e quantificados na forma da proposta-detalhê, ora parte integrante do Edital de Licitação – FAN nº 043/2018”, com valor estimado em R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), **Adjudicando** o serviço/objeto ora licitado à empresa licitante INSTITUTO VIVA MAIS & MELHOR vencedora do edital de licitação/FAN nº 043/2018, devidamente habilitada e classificada, no valor total de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme parecer conclusivo da Comissão Permanente de Licitação desta Fundação.

NITERÓI-EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A- NELTUR

ATOS DO PRESIDENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Convênio 01/2015, firmado originariamente entre as partes abaixo identificadas em 07/05/2017. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Convênio 01/2015, ficando ratificadas todas as demais cláusulas do convênio original e dos Termos Aditivos que não colidam com as do presente instrumento. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como o Processo Administrativo nº: 510/2556/2014; **PRAZO:** Início dia 07 de maio de 2017 e término em 07 de maio de 2019; **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2017; **PARTES:** Niterói Empresa de Lazer e Turismo S/A - NELTUR e a Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento - EMUSA. * Omitido no D.O de 27/06/2017

EXTRATO Nº 245/2018

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Copatrocínio nº 245/2018; **OBJETO:** O presente instrumento contratual tem como objetivo o incentivo cultural para a realização do Natal de Rua, no dia 05 novembro de 2018, na calçada do Teatro Municipal de Niterói, no Centro; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, bem como o Processo Administrativo nº 500000483/2018; **VERBA:** P.T. nº 10.52.13.392.0138.4112, C.D nº 3.3.3.5.0.43.00.00.00 e Fonte nº 108; **EMPENHO:** Nº 000364; **DATA DO EMPENHO:** 31 de outubro de 2018; **VALOR TOTAL:** R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); **PRAZO:** Início dia 01 de novembro de 2018 e término em 05 de novembro de 2018; **DATA DA ASSINATURA:** 01 de novembro de 2018; **PARTES:** Niterói Empresa e Lazer 3 Turismo S/A – Neltur e Campus Avançado.

NITERÓI TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A- NITTRANS

PORTARIA NITTRANS nº 32/2018

O Presidente da Niterói, Transporte e Trânsito S/A – NitTrans, de acordo com a Lei Municipal nº 2.283, de 28 de dezembro de 2005, e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 11.950/15.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 06 de novembro de 2018, **MÁRCIO DE OLIVEIRA RODRIGUES**, Chefe de Divisão de Plaqueamento, matrícula 150030, e **ANDRÉ LUIS FERREIRA DOS SANTOS**, Chefe de Serviço de Estamparia, matrícula 150002, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato nº **13/2018** que tem por objeto a aquisição de tinta, solvente e microesfera.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Despacho do Presidente

Instrumento: Termo de Ajuste de Contas nº 21/18. **Partes:** Niterói, Transporte e Trânsito S. A. – NitTrans – e ECOMIX GESTÃO E PLANEJAMENTOS LTDA. **Objeto:** Pagamento da Nota Fiscal de Serviços nº 0616, Série E, emitida em 25/10/2018. **Valor total:** O presente Termo possui o valor global de R\$ 1.070.287,93. **Fundamento legal:** Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Federal nº 4.320/64. **Processo nº:** 530/011275/2018. **Data de assinatura:** 05/11/2018.

Instrumento: Contrato nº 13/2018. **Partes:** Niterói, Transporte e Trânsito S. A. e MAVI TINTAS E SINALIZADORA LTDA EPP. **Objeto:** Aquisição de Tinta para demarcação viária, a base de metil metacrilato monocomponente nas cores amarela, branca, preta, vermelha e azul, Solvente para tinta à base metil metacrilato monocomponente, compatível com a composição química das tintas para demarcação viária e Microesfera Tipo DROP ON, na forma do Termo de Referência e do Edital do Pregão Presencial nº 06/2018. **Prazo:** 60 (sessenta) dias. **Valor total:** O presente Termo possui o valor global de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais), à conta do Programa de Trabalho nº 26.782.0011.4030, Natureza da Despesa nº 33.90.30.00 e Fonte de Recurso nº 108 e 110. **Fundamento legal:** Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Municipal nº 9.614/05. **Processo nº:** 530/005807/2018. **Data de assinatura:** 06/11/2018.

NITERÓI PREV.

Atos da Presidência:

PORTARIA PRESI nº168/2018- CONCEDER pensão à **DALILA RODRIGUES DE ALMEIDA**, companheira do ex - servidor **ANTONIO LUIZ LATA DE MENEZES**, falecido em 02/04/2015 no cargo de MOTORISTA - NÍVEL 05 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA, matrícula nº 12221125 , de acordo com inciso I artigo 6º, inciso II , alínea "a" artigo 13º, da Lei Municipal 2.288/05,com nova redação dada pela Lei nº3.248/2016 c/c inciso II do artigo 2º da Lei 10.887/04 e o § 8º do artigo 40º da CRFB/88,conforme processo n.º **310/001015/2018**.
PORTARIA PRESI nº 179/2018- CONCEDER pensão à **LEILA CRISTINA ENGEL RAMOS**, esposa do ex - servidor, **JOÃO FRANÇA RAMOS**, falecido em 07/11/2018, aposentado no cargo de AGENTE FAZENDÁRIO NÍVEL 03 - CATEGORIA V - ADMINISTRAÇÃO DIRETA, matrícula nº 222480-6, de acordo com artigo 6º inciso I, artigo 13º inciso II, alínea "a" da Lei Municipal 2.288/05, com nova redação dada pela Lei nº3.248/2016 c/c § 8º do artigo 40º da CRFB/88 e o inciso I do artigo 2º da Lei 10.887/04, à contar de 07/11/2018,conforme processo n.º **310/001679/2018**.

EXTRATO
INSTRUMENTO: Termo Nº 28/2018. **PARTES:** Niterói Prev como Contratante e empresa GRUPO IMPACTO EMPREENDIMENTOS EIRELI como Contratada. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 017/2017, relativo à prestação continuada de serviços de manutenção predial. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). **VERBA:** PT. Nº 1082.09.122.0145.4191 - Natureza das Despesas nº 33.39.0.39.18 - Fonte 203 - Nota de Empenho nº 223/2018. **FUNDAMENTO:** Conforme Processo Administrativo nº 310/001336/2018, que se regerá pelas normas do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. **DATA DA ASSINATURA:** 14 de novembro de 2018.

FIXAÇÃO DE PENSÃO
Fica calculada e fixada em parcela única a pensão mensal de LEILA CRISTINA ENGEL RAMOS, esposa do ex - servidor, JOÃO FRANÇA RAMOS, falecido em 07/11/2018, aposentado no cargo de AGENTE FAZENDÁRIO NÍVEL 03 - CATEGORIA V - ADMINISTRAÇÃO DIRETA, matrícula nº 222480-6, à contar de 07/11/2018, conforme processo nº 310/001679/2018.

FIXAÇÃO DE PENSÃO
Fica calculada e fixada a pensão mensal de DALILA RODRIGUES DE ALMEIDA, companheira do ex - servidor ANTONIO LUIZ LATA DE MENEZES, falecido em 02/04/2015 no cargo de MOTORISTA - NÍVEL 05 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA, matrícula nº 12221125, à contar de 03/08/2018, conforme processo nº 310/001015/2018.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA
ATOS DO PRESIDENTE
PORT. Nº. 436/2018 – Dispensar, a contar de **01/11/2018**, **FERNANDO VIEGAS DUARTE** da **Função de Confiança de CHEFE DE SERVIÇO DE PROJETOS GRÁFICOS DA DIRETORIA DE PAVIMENTAÇÃO E REPAROS**.

PORT. Nº. 437/2018 – Designar, a contar de **01/11/2018**, **RENATO LUTTERBACK DIAS DUARTE** para exercer a **Função de Confiança de CHEFE DE SERVIÇO DE PROJETOS GRÁFICOS** da **Diretoria de Pavimentação e Reparos**, em vaga decorrente da dispensa de **Fernando Viegas Duarte - Presidente da Emusa**.

PORT. Nº. 439/2018 – Dispensar a contar de **01/11/2018**, **FREDERICK RODRIGUES FONTES**, da **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO - 9**.

PORT. Nº. 440/2018 – Designar a contar de **01/11/2018**, **MATIAS DANIEL BUENAVENTURA PALMO CORREA**, para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO - 9**, em vaga decorrente da exoneração de **Frederick Rodrigues Fontes - Presidente da Emusa**.

PORT. Nº. 442/2018 – Designar a contar de **02/11/2018**, **SOFIA LEONOR VON METTENHEIM** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 9**, **Presidente da Emusa**.

PORTARIA Nº. 441/2018
O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO-EMUSA, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Designar os membros para comporem a **COMISSÃO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA**, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL nº. 021/2018 (Processo nº. 51000002610/2016)** que tem por objeto **“CONSTRUÇÃO DE MURO NA ESTRADA FRANCISCO DA CRUZ NUNES, NO BAIRRO PIRATININGA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI/RJ”**, (CONTRATO nº. **020/2018**), conforme abaixo:

- **Arquiteto – Mario Paes Leme (Mat. 2502)**
- **Engenheira – Zelma Carvalho dos Santos Dellivenneri (Mat. 1032)**
- **Engenheira – Beatriz Blauth Schlobach (Mat. 2576)**

ORDEM DE REINÍCIO
Estamos concedendo Reinício ao **Contrato nº. 050/2014**, firmado com a empresa **CONSTRUTORA ZADAR LTDA**, objetivando a execução de Obras e/ou Serviços de **“CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA GUARDA MUNICIPAL - 4º GCAM”**, **nesta Cidade**, a partir de **06/11/2018**, com término previsto para **05/03/2019**. Proc. nº. **510001302/2014**.
Presidente da EMUSA.

ORDEM DE PARALISAÇÃO
Estamos concedendo Ordem de Paralisação ao **Contrato nº. 050/2014** firmado com a empresa **CONSTRUTORA ZADAR LTDA**, objetivando a execução de Obras e/ou serviços de **“CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA GUARDA MUNICIPAL 4º GCAM”**, **nesta Cidade**, a partir de **27/03/2017**. Proc. nº. **510001302/2014**. - **Presidente da EMUSA.**
OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 28/03/2017.

INSTRUMENTO: Apostila nº 01 ao contrato Nº 45/2015. **PARTES:** EMUSA e PROJEL ENGENHARIA ESPECIALIZADA LTDA. **OBJETO:** Reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, reajustando os preços contratados. **VALOR:** R\$ 36.800,81 (trinta e seis mil, oitocentos reais e oitenta e um centavos). **FUNDAMENTO:** Artigo 65, § 8º da Lei Nº 8.666/93. **DATA:** 24/10/2018. Proc. Nº 510003543/2014. **EMUSA**, 09 de novembro de 2018. **Presidente da EMUSA.**

INDEFERIMENTO e CONTINUIDADE do CERTAME
TOMADA de PREÇOS de nº. 030/2018
Conforme orientação da Assessoria Jurídica tornamos público o **INDEFERIMENTO dos RECURSOS INTERPOSTOS** pelas empresas **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS CNL DE SÃO GONÇALO LTDA ME e CONSTRUTORA SERGIO PORTO LTDA ME –** referente a **TOMADA de PREÇOS nº. 030/2018 – Processo nº. 510001502/2018**, bem como, marcar à abertura dos **ENVELOPES B – PROPOSTAS de PREÇOS**, para o dia **26 / 11 / 2018**, próximo, às **16:00 horas – CPL/EMUSA**.
Niterói, 14 de novembro de 2018. **Presidente da CPL da EMUSA.**

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
DEVEDORA: EMUSA. **CREDORA:** VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA **OBJETO:** O pagamento à CREDORA referente as obras realizadas no período de 11/07/2017 a 10/08/2017, conforme consta no processo 510003304/2017; **VALOR:** R\$ 56.689,91 (cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos).**PROCESSO:** 510001162/2016; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** As despesas correrão conta do Programa de Trabalho 051.15.451.0010.4006, Natureza da Despesa 4.4.90.92.00, Fonte 108, do orçamento da EMUSA do exercício de 2018. **Presidente da EMUSA –** Niterói, 12 de novembro de 2018.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo de rerratificação nº 02 ao contrato nº 02/2018. PARTES: EMUSA e HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração das planilhas de custos do citado contrato, objetivando as seguintes alterações: itens novos: R\$ 2.845.902,67 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e dois reais e sessenta e sete centavos); itens acrescidos: R\$ 1.602.123,53 (um milhão, seiscentos e dois mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e três centavos); itens reduzidos: R\$ 1.460.282,93 (um milhão quatrocentos e sessenta mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa e três centavos), representando 24,81% de alteração contratual, com acréscimo de R\$ 2.987.743,28 (dois milhões novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos) de acordo com o processo nº 510002643/2018. RECURSOS: As despesas decorrentes deste termo, correrão a conta do PT 1051.15.451.0010.3040, Natureza da Despesa 4.4.90.51.00, Fonte 108, e do PT 1051.15.451.0011.3040, Natureza da Despesa 4.4.90.51.00, Fonte 101, do orçamento da EMUSA para este exercício. FUNDAMENTO: art. 38, VI c/c art. 58 I, art. 65, I, "a" e "b" e §1º parte final, todos da Lei nº 8666/93 c/c §3º do art. 91 da lei 13.303/2016. DATA: 12/11/2018. – Presidente da EMUSA